

LEGISLAÇÃO

Leis:

[Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.](#)

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.

[Lei nº 8.689 de 27 de julho de 1993](#)

Dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e dá outras providências.

[Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.](#)

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

[Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.](#)

Mensagem de veto Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências

Decretos:

[Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999.](#)

Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.

[Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.](#)

Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

[Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.](#)

Regulamenta a LEI Nº 8.080, de 09 de setembro de 1990, para dispor sobre organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

Portarias:

[Portaria nº 2.529/GM/MS, de 23 de novembro de 2004.](#)

Institui o Subsistema Nacional de Vigilância Epidemiológica em Âmbito Hospitalar, define competências para os estabelecimentos hospitalares, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, cria a Rede Nacional de Hospitais de Referência para o referido subsistema e define critérios para a qualificação de estabelecimentos.

[Portaria nº 2.606/GM/MS, de 28 de dezembro de 2005.](#)

Classifica os Laboratórios Centrais de Saúde Pública e institui seu fator de incentivo.

[Portaria nº 2.607/GM/MS, de 28 de dezembro de 2005.](#)

Institui com recursos do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde incentivo financeiro para custeio das atividades desenvolvidas pelo Registro de Câncer de Base Populacional – RCBP.

[Portaria nº 399/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2006.](#)

Regulamenta as Diretrizes Operacionais dos Pactos Pela Vida e de Gestão

[Portaria nº 687/GM/MS, de 30 de março de 2006.](#)

Aprova a Política Nacional de Promoção da Saúde.

[Portaria nº 354/GM/MS, de 11 de agosto de 2006.](#)

Aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e dá outras providências.

[Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007.](#)

Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle. – SUS.

[Portaria nº 1.052/GM/MS, de 8 de maio de 2007.](#)

Aprova e divulga o Plano Diretor de Vigilância Sanitária.

[Portaria nº 3.060/GM/MS, de 28 de novembro de 2007.](#)

Regulamenta a aplicação do incentivo financeiro para a implementação do Componente para a Qualificação da Gestão do SUS do bloco de financiamento para a Gestão do SUS, no que se refere à regulação, controle, avaliação, auditoria e monitoramento, participação popular e ao fortalecimento do controle social, para o ano de 2007.

[Portaria nº 3.271/GM/MS, de 27 de dezembro de 2007.](#)

Regulamenta o repasse de recursos financeiros destinados aos Laboratórios de Saúde Pública para a execução das ações de vigilância sanitária, na forma do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde.

[Portaria nº 154/GM/MS, de 24 de janeiro de 2008.](#)

Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – Nasf.

[Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008.](#)

Estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

[Portaria 64/ SVS de 30 de maio de 2008](#)

Estabelece a Programação das Ações de Vigilância em Saúde (PAVS) como instrumento de planejamento para definição de um elenco norteador das ações de vigilância em saúde que serão operacionalizadas pelas três esferas de gestão e da outras providências.

[Portaria nº 2.588/GM/MS, de 30 de outubro de 2008.](#)

Regulamenta o Componente para a Qualificação da Gestão do SUS, e dá outras providências.

[Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009.](#)

Altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

[Portaria nº 3.008/GM/MS, de 1º de dezembro de 2009.](#)

Determina a Programação das Ações de Vigilância em Saúde (PAVS) como um elenco norteador para o alcance de metas do Pacto e demais prioridades de relevância para o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Vigilância Sanitária, eleitas pelas esferas federal, estadual e municipal.

Portaria nº 3.252, de 22 de Dezembro de 2009

Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências - **REVOGADA** pela [Portaria nº GM MS 1.378 de 09 de julho de 2013](#) (abaixo)

[Portaria Conjunta nº 1/SE/SVS, de 11 de março de 2010.](#)

Divulga os valores anuais do Componente de Vigilância e Promoção da Saúde, relativos aos recursos federais destinados ao Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde (PFVPS) e ao Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde (PVVPS), e dá outras providências.

[Portaria nº 1.007/GM/MS, de 4 de maio de 2010.](#)

Define critérios para regulamentar a incorporação do Agente de Combate às Endemias (ACE) ou dos agentes que desempenham essas atividades, mas com outras denominações, na atenção primária à saúde para fortalecer as ações de vigilância em saúde junto às equipes de Saúde da Família.

[Portaria nº 1.106/GM/MS, de 12 de maio de 2010.](#)

Atualiza a regulamentação das transferências de recursos financeiros federais do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde, destinados à execução das ações de Vigilância Sanitária.

[Portaria 184 - MS - SVS de 24/06/2010](#)

Estabelecer o mecanismo de repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, por meio do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, para as ações específicas da Política Nacional de Promoção da Saúde, com ênfase na integração das ações de Vigilância em Saúde, Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis com a Estratégia de Saúde da Família.

[Portaria GM MS Nº 3.329 de 29 de outubro de 2010.](#)

Regulamenta as condições para transferência de recursos financeiros, com vistas à implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do Sistema Único de Saúde (ParticipaSUS) em 2010.

[Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010.](#)

Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

[Portaria GM/MS nº 2.563 de 28.10.2011](#) (que revogou a Portaria 2.416 MS de 25.08.2010)

Atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde do Componente de Vigilância e Promoção da Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde com base na população do Censo Demográfico 2010, definindo doravante os valores do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde das 27 (vinte e sete) Unidades Federadas.

[Portaria GM MS Nº 2.979, de 15 de dezembro de 2011.](#)

Dispõe sobre a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para a qualificação da gestão no Sistema Único de Saúde – SUS.

[Portaria nº 841, de 02 de maio de 2012.](#)

Publica a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

[Portaria SVS nº 22, de 09 de agosto de 2012.](#)

Estabelece o repasse de recursos financeiros do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, aos estados, Distrito Federal e municípios, para implantação, implementação e fortalecimento da Política Nacional de Promoção da Saúde, com a finalidade de fomentar ações de vigilância e prevenção de violências e acidentes e vigilância e prevenção de lesões e mortes no trânsito e promoção da paz no trânsito.

[Portaria SVS nº 23, de 09 de agosto de 2012.](#)

Estabelece o repasse de recursos financeiros do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, aos estados, Distrito Federal e capitais e municípios com mais de um milhão de habitantes, para implantação, implementação e fortalecimento das ações específicas de vigilância e prevenção para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil.

[Portaria nº 535, de 3 de abril de 2013.](#)

Altera a Portaria nº 1.654/GM/MS, de 19 de julho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), e a Portaria nº 866/GM/MS, de 3 de maio de 2012, que altera o prazo para solicitação da avaliação externa no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB).

[Portaria nº GM MS 1.378 de 09 de julho de 2013](#) (que **revogou a Portaria nº 3.252/GM/MS, de 22 de dezembro de 2009 - antiga 1172**).

Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

[Portaria nº GM MS 1.708, de 16 de agosto de 2013.](#)

Regulamenta o Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQAVS), com a definição de suas diretrizes, financiamento, metodologia de adesão e critérios de avaliação dos Estados, Distrito Federal e Municípios..

[Portaria nº GM MS 1.709, de 16 de agosto de 2013](#) (que revogou a Portaria nº 3.261/GM/MS, de 23 de dezembro de 2009).

Restabelece a transferência de recursos financeiros do Bloco Financeiro de Vigilância em Saúde.

[Portaria nº 182, de 30 de janeiro de 2014.](#)

Convalida, desde 27 de dezembro de 2013, os efeitos das Portarias que habilitam os Estados e Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde..

[Portaria nº 183, de 30 de janeiro de 2014.](#)

Regulamenta o incentivo financeiro de custeio para implantação e manutenção de ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde, previsto no art. 18, inciso I, da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, com a definição dos critérios de financiamento, monitoramento e avaliação.

[Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014.](#)

Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Anexo [aqui](#).

[Portaria nº 2.778 de 18 de dezembro de 2014.](#)

Revisa a relação de metas, com seus respectivos indicadores, e a metodologia para a Fase de Avaliação do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) a partir do ano de 2014.

[Portaria nº 1.025, de 21 de julho de 2015.](#)

Define o quantitativo máximo de Agentes de Combate às Endemias (ACE) passível de contratação com o auxílio da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União, de acordo com os parâmetros e diretrizes estabelecidos no art. 2º do Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015

[Portaria nº 1.073, de 23 de julho de 2015.](#)

Dispõe sobre a reprogramação e o remanejamento, no âmbito dos blocos de financiamento.

[Portaria nº 1.241, de 20 de agosto de 2015](#)

Divulga o resultado da Fase de Avaliação do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) de 2014 e os valores a serem transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao Programa.

[Portaria nº 1.243/2015, de 20 de agosto de 2015](#)

Define a forma de repasse dos recursos da Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para o cumprimento do piso salarial profissional dos Agentes de Combate de Endemias (ACE) e do Incentivo Financeiro para o fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE, de que tratam os art. 9º C e 9º D da Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006.

[Portaria Nº 1.955/2015, de 2 de dezembro de 2015](#)

Altera e acresce dispositivos à Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

[Portaria Nº 204, de 17 de fevereiro de 2016](#)

Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.

[Portaria Nº 328, de 7 de março de 2016](#)

Revisa a relação de metas e seus respectivos indicadores do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) a partir de 2016.

[Portaria Nº 1.047/GM/MS, de 20 de maio de 2016 – Adesão ao PQA-VS 2016](#)

Autoriza o repasse dos valores de recursos federais, relativos à Adesão ao Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS), no ano de 2016, aos Fundos Municipais de Saúde.

[Portaria nº 1.535/GM/MS, de 18 de agosto de 2016 – Divulga a avaliação do PQA-VS 2015 e autoriza o repasse dos recursos financeiros a estados, Distrito Federal e municípios](#)

Divulga o resultado da Fase de Avaliação do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) de 2015 e os valores a serem transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao Programa.

[Portaria nº 2.984/GM/MS, de 27 de dezembro de 2016- Revisão de metas e indicadores PQA-VS para 2017.](#)

Revisa a relação de metas e seus respectivos indicadores do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) a partir de 2017.

[Portaria de Consolidação nº 4, MS, de 28 de setembro de 2017.](#)

Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde.

[Portaria Nº 2.369, de 06 de agosto de 2018.](#)

Divulga o resultado da Fase de Avaliação do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) de 2017 e os valores a serem transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao Programa.

Resoluções:

[Resolução SESDEC Nº 1335 de 13/08/2010:](#)

Aprova os parâmetros para estruturação da Vigilância em Saúde no âmbito do Estado do Rio de Janeiro - publicada no D.O do Estado do RJ de 17/08/2010.

[Resolução SESDEC Nº 1.411, de 15/10/2010.](#)

Delega competências de ações de Vigilância Sanitária para as Secretarias Municipais de Saúde no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

[Resolução SES Nº 674 DE 12/07/2013.](#)

Publicado no DOE em 16 jul 2013. Redefine a relação de doenças e agravos de notificação compulsória no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

[Resolução CNS Nº 588, DE 12/07/2018.](#)

Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), aprovada por meio desta resolução.

Deliberações:

[Deliberação CIB nº 961 de 2010](#)

Aprovar os critérios de avaliação e as planilhas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, para a alocação de recursos federais destinados ao Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde (PFVPS) e os relativos ao Fator de Ajuste (FA) para o atendimento às especificidades regionais e / ou municipais

[Deliberação CIB-RJ Nº 3.559 de 15 de Outubro de 2015.](#)

Pactua o remanejamento, no âmbito dos Blocos de financiamento de saldos financeiros disponíveis até 31 de dezembro de 2014.